



07/10/2025

Número: **0800985-36.2023.8.14.0301**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível e Empresarial de Belém**

Última distribuição : **10/01/2023**

Valor da causa: **R\$ 12.978,40**

Assuntos: **Práticas Abusivas**

Nível de Sigilo: **0 (Público)**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
REGINA DAS GRACAS NOGUEIRA DA SILVA (APELANTE)	
BANCO MASTER S/A (APELADO)	MICHELLE SANTOS ALLAN DE OLIVEIRA (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data	Documento	Tipo
84701851	10/01/2023 13:34	Petição Inicial	Petição Inicial



ESTADO DO PARÁ
DEFENSORIA PÚBLICA
DIRETORIA METROPOLITANA
NÚCLEO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - NUDECON



AO JUÍZO DE DIREITO DA _____ VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BELÉM.

PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO PROCESSUAL:
REQUERENTE IDOSA (66 ANOS)

REGINA DAS GRAÇAS NOGUEIRA DA SILVA, brasileira, solteira, dor lar, portadora do RG nº 5998350 PC/PA e CPF nº 048.000.102-25, residente e domiciliada na Av. Santarém, Cj Pres. Medici I, nº 382, Bairro: Marambaia, Belém-PA, CEP: 66620-120, Telefone: 99944-0906, Email: não possui, por meio da Defensoria Pública, representada pela Defensora Pública *in fine* assinada, vem, com o devido respeito, ante Vossa Excelência, propor a presente:

AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C PLEITO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES COBRADOS INDEVIDAMENTE

Em face do **BANCO MASTER SA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 33.923.798/0002-83, com endereço sito na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3477, Andar 5, Torre B, Cj. 51, Bairro: Itaim Bibi, São Paulo-SP, CEP: 04538-133, pelos fundamentos fáticos e jurídicos a seguir expostos:

DAS PRERROGATIVAS LEGAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

Vale ressaltar que a **DEFENSORIA PÚBLICA** possui prerrogativas legais da dispensa de apresentação de mandato e prazos em dobro (cf. Lei Complementar Federal n.º 80/94; Lei Complementar Estadual n.º 54/2006; e art. 186, caput, do Código de Processo Civil), além da intimação pessoal mediante entrega dos autos

Rua 1º de Março, nº 766, Bairro: Campina, CEP: 66015-053, Belém/Pa.
NÚCLEO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - NUDECON – segundo andar.
Site: www.defensoria.pa.gov.br

1 de 10





ESTADO DO PARÁ
DEFENSORIA PÚBLICA
DIRETORIA METROPOLITANA
NÚCLEO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - NUDECON



com vista (cf. art. 128, inciso I, da Lei Complementar Federal n.º 80/94, alterada pela Lei n.º 132/2009 e art. 186, §2º do Código de Processo Civil).

DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente, afirma para os fins do art. 4º da Lei 1.060/50, com a redação dada pela Lei 7.510/86, e em conformidade com o que preceitua o art. 98 e seguintes do CPC, não possuir recursos suficientes para arcar com as custas do processo e honorários de advogado, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família, pelo que requer o deferimento dos benefícios da gratuidade de justiça.

DA RELAÇÃO DE CONSUMO

Cabe ressaltar que a Requerente é consumidora, e a requerida prestadora de serviço, fundamentando-se esta relação jurídica no campo do direito consumerista, de acordo com os termos esclarecidos nos artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor. Desta forma, está caracterizada a relação de consumo presente nesta demanda.

DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Não restando dúvidas de que o fato ora discutido versa sobre uma relação de consumo e, tendo em vista a hipossuficiência da parte autora perante a empresa ré, se mostra de fundamental importância o instituto da inversão do ônus da prova em favor da autora, como dispõe o art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor.





DOS FUNDAMENTOS FÁTICOS

A Autora é beneficiária de pensão por morte (nº do benefício 109.717.506-2), auferindo renda mensal aproximada de R\$ 3.598,24 (três mil e quinhentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos).

Ocorre que, na data de 07.11.2022, foi realizada transferência bancária para sua conta poupança do banco Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 2.276,40 (dois mil e duzentos e setenta e seis reais e quarenta centavos).

A requerente, então, obteve a informação, pelo site do INSS, de que o valor era referente a um contrato de cartão de crédito consignado de nº 801251242 junto ao banco MASTER SA, na data de 07.11.2022, constando que o limite do cartão é de R\$ 2.978,40 (dois mil e novecentos e setenta e oito reais e quarenta centavos) e que o valor reservado a ser debitado seria de R\$ 179,91 (cento e setenta e nove reais e noventa e um centavos).

Posto o acontecimento, a requerente registrou boletim de ocorrência (nº 00006/2022.109.852-9) e procurou resolver a questão extrajudicialmente através da Defensoria Pública, que oficiou à instituição bancária ré (cópia em anexo), sem, todavia obter êxito, eis que não fora enviada cópia do contrato.

Cumpre salientar que a requerente não solicitou, assinou ou efetuou nenhum contrato de empréstimo bancário ou de cartão de crédito, não reconhecendo a legalidade do referido contrato em questão.

Impende ressaltar que a REQUERENTE ESTÁ À DISPOSIÇÃO DA JUSTIÇA PARA DEVOLVER O VALOR DE R\$ 2.276,40 (DOIS MIL E SETECENTOS E SEIS REAIS E QUARENTA CENTAVOS) INDEVIDAMENTE DEPOSITADO EM SUA CONTA BANCÁRIA A QUALQUER MOMENTO.

Ante o exposto, busca a tutela jurisdicional com vistas a declaração de inexistência de débito e indenização por danos morais.





DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

DA DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DO DÉBITO. COBRANÇA INDEVIDA.

O negócio jurídico é disciplinado a partir do art. 104 do Código Civil de 2002, sendo este a manifestação de vontade que busca produzir determinado efeito jurídico permitido pela lei.

Art. 308. O pagamento deve ser feito ao credor ou a quem de direito o represente, sob pena de só valer depois de por ele ratificado, ou tanto quanto reverter em seu proveito.

Art. 315. As dívidas em dinheiro deverão ser pagas no vencimento, em moeda corrente e pelo valor nominal, salvo o disposto nos artigos subsequentes.

Diante dos fatos narrados, é perceptível que a promovente está supostamente em débito com a parte demandada em razão das cobranças de valor mínimo de cartão de crédito consignado.

Desse modo, requer-se a Vossa Excelência, a declaração de inexistência de débito das cobranças até então feitas pela promovida referente ao cartão de crédito, de nº **801251242**, e também das que por ventura vierem posteriormente ao ajuizamento da presente ação, julgando totalmente procedente a ação.

No caso em tela, estamos diante de um negócio jurídico inexistente, haja vista que descumpriu os três requisitos de existência de um negócio jurídico, quais sejam, a manifestação de vontade e a finalidade negocial.

Não houve manifestação de vontade por parte do promovente em **realizar o contrato**, tendo sido este feito unilateralmente por parte de terceiros, o que, por si só, autoriza a declaração de inexistência do negócio. Além disso, não houve vontade de criar, conservar, modificar ou extinguir qualquer direito pelo demandante (finalidade negocial), mas tão somente pelas demandadas, o que não gera negócio jurídico.





Dessa forma, é clarividente a inexistência do cartão de crédito consignado, pois não houve o cumprimento de dois dos requisitos de validade dentro dos elementos essenciais de um negócio jurídico, conforme acima explanado.

DA DEVOLUÇÃO EM DOBRO

Como foi exposto anteriormente, a assistida vem pagando, contra a sua vontade, um cartão de crédito que não solicitou. Segundo o Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 42, a ré deve restituir a assistida, todos os valores descontados de forma indevida, em dobro:

Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

Art. 42-A. Em todos os documentos de cobrança de débitos apresentados ao consumidor, deverão constar o nome, o endereço e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do fornecedor do produto ou serviço correspondente. (Incluído pela Lei nº 12.039, de 2009)

Desta forma, é claro o dever de reinstituição do valor retirado de forma indevida da conta da assistida, acrescido com o dobro do valor, como manda a lei.

DOS DANOS MORAIS

O dano moral caracteriza-se pelo sofrimento causado a um indivíduo, ou por quem este sofreu as consequências, estando aí inclusos o tratamento e/ou reparação. Sobre o conceito de dano moral, transcrevemos os ensinamentos de CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA, *ipsis verbis*:





ESTADO DO PARÁ
DEFENSORIA PÚBLICA
DIRETORIA METROPOLITANA
NÚCLEO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - NUDECON

Qualquer sofrimento humano que não é causado por perda pecuniária, e abrange todo o atentado à reputação da vítima, a sua autoridade legítima, ao seu pudor, à segurança e tranqüilidade, ao seu amor próprio estético, à integridade da sua inteligência, as suas feições etc. (PEREIRA, Caio Mário da Silva. Responsabilidade Civil. 9ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 61)

Após o advento do art. 5º, X, da Carta Magna não há mais o que se discutir sobre a viabilidade de ressarcimento do dano moral puro, que não tenha tido reflexo patrimonial. A reparação do dano moral não visa reparar a dor no sentido literal, mas, sim, aquilatar um valor compensatório que amenize o sofrimento provocado por aquele prejuízo.

Efetivamente, podemos afirmar, baseado em doutrinas de insígnies juristas, que a indenização por danos morais paga os meios de distração necessários para aliviar, rechaçar o constrangimento.

É mais do que justo, sendo de pleno direito a reparação pelo abalo moral sofrido em face das razões supramencionadas, pleiteando-se na presente demanda uma indenização apressa-se em vaticinar a obrigação de reparar que recai sobre aquele que causar dano a outrem por ato ilícito no valor de **R\$ 10.000,00 (Dez mil reais)**.

DA TUTELA DE URGÊNCIA

Ante às declarações da autora, da inexistência de qualquer dívida, resta evidente a urgência e necessidade de se obter um provimento jurisdicional de forma antecipada, devido à plausibilidade do direito do requerente e o perigo de dano irreparável e de difícil reparação.

Assim, o exposto autoriza a concessão da tutela provisória de urgência do pedido em favor do requerente, mediante antecipação de tutela, nos moldes do artigo 294 e 300 do Código de Processo Civil vigente, que assim rezam:

Art. 294. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.





ESTADO DO PARÁ
DEFENSORIA PÚBLICA
DIRETORIA METROPOLITANA
NÚCLEO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - NUDECON

Parágrafo único. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

Há no presente caso elementos e provas robustas que evidenciam a plausibilidade do direito do Autor, respaldados na verossimilhança das alegações prestadas e nos documentos acostados nesta peça exordial, caracterizando o ***fumus boni juris***. Ademais, está presente a probabilidade de perigo de dano irreparável ao requerente, bem como o risco de não haver resultado útil do processo, caracterizando o ***periculum in mora***.

Assim, os pressupostos necessários à procedência da tutela de urgência de natureza antecipada - ora defendida - estão preenchidos, tendo em vista que os requisitos exigidos pelos artigos 294 e 300 § 2º do Código de Processo Civil estão presentes no caso, por haver elementos que evidenciam a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, para que seja determinada (o):

- I) a suspensão imediata dos descontos dos empréstimos que são debitados diretamente da pensão por morte (consignados), sob pena de multa diária no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);
- II) a retirada de seu nome dos cadastros de proteção ao crédito, caso haja sido inserida;
- III) a juntada aos autos pelo Requerido do contrato atinente.

Logo, imprescindível o deferimento da tutela de urgência de natureza antecipada.





ESTADO DO PARÁ
DEFENSORIA PÚBLICA
DIRETORIA METROPOLITANA
NÚCLEO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - NUDECON



DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

- I. *initio litis et inaudita altera pars*, a concessão de medida antecipatória dos efeitos da tutela no sentido de o deferimento da **tutela de urgência de natureza antecipada**, de modo a obrigar o Réu para que seja determinada:
 - I) a suspensão imediata dos descontos dos empréstimos que são debitados diretamente da pensão por morte da autora, sob pena de multa diária no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);
 - II) a retirada de seu nome dos cadastros de proteção ao crédito, caso haja;
 - III) e, por fim, o fornecimento pelo Requerido do contrato atinente.
- II. *a concessão dos benefícios da justiça gratuita, por não ter o demandante condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo próprio e de sua família, bem como da contagem dos prazos em dobro na forma da lei*;
- III. a citação do demandado para, querendo, apresente defesa no prazo legal; e, não contestando, que seja decretada a revelia com a conseqüente pena de confissão ficta;
- IV. seja julgado ao final o presente pedido PROCEDENTE em todos os seus termos, para declarar a inexistência do débito junto ao Réu e confirmação do pedido de tutela antecipada;
- V. a condenação da postulada a devolver os valores cobrados de maneira indevida, de forma dobrada, como aduz o artigo 42 do CDC, no valor de R\$ 2.978,40 (dois mil e novecentos e setenta e oito reais e quarenta centavos);

Rua 1º de Março, nº 766, Bairro: Campina, CEP: 66015-053, Belém/Pa.
NÚCLEO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - NUDECON – segundo andar.
Site: www.defensoria.pa.gov.br

8 de 10





ESTADO DO PARÁ
DEFENSORIA PÚBLICA
DIRETORIA METROPOLITANA
NÚCLEO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - NUDECON



- VI.** a condenação da postulada a pagar indenização por danos morais no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) pelos danos causados à postulante;
- VII.** a produção de todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente juntada posterior de documentos, oitiva de testemunhas posteriormente arroladas, prova pericial, depoimento pessoal do representante legal da promovida, e mais o que for necessário para o bom julgamento do feito, tudo de logo requerido.
- VIII.** que o demandado seja condenado a pagar as custas processuais e honorários advocatícios, este no percentual de 20% (vinte por cento) incidindo sobre o valor da causa, que deverão ser revertidos em favor do FUNDO ESTADUAL DA DEFENSORIA PÚBLICA a ser depositado na conta corrente de no 182900-9, banco no 037, agência no 015, instituído pela Lei no 6.717/05.

Em observância ao disposto no art. 319, VII do CPC, manifesta interesse na realização de audiência de conciliação e mediação.

Dá-se à causa o valor de R\$ 12.978,40 (doze mil e novecentos e setenta e oito reais e quarenta centavos).

Nestes termos

Pede e espera deferimento.

Belém, 15 de dezembro de 2022.

BRENDA DA COSTA SANTOS MONTEIRO
Defensora Pública do Estado do Pará

Rua 1º de Março, nº 766, Bairro: Campina, CEP: 66015-053, Belém/PA.
NÚCLEO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - NUDECON – segundo andar.
Site: www.defensoria.pa.gov.br

9 de 10





ESTADO DO PARÁ
DEFENSORIA PÚBLICA
DIRETORIA METROPOLITANA
NÚCLEO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - NUDECON

LUIZA NINA AVELAR CORRÊA
Estagiária de Direito da Defensoria Pública do Estado do Pará

Rua 1º de Março, nº 766, Bairro: Campina, CEP: 66015-053, Belém/Pa.
NÚCLEO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - NUDECON – segundo andar.
Site: www.defensoria.pa.gov.br

10 de 10



Este documento foi gerado pelo usuário 585.***.***-72 em 07/10/2025 14:41:58
Número do documento: 23011013342697900000080537632
<https://pje.tjpa.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23011013342697900000080537632>
Assinado eletronicamente por: BRENDA DA COSTA SANTOS MONTEIRO - 10/01/2023 13:34:27

Num. 84701851 - Pág. 10